



Servidores do Ministério do Trabalho no Maranhão irão paralisar atividades por 24 horas

Os servidores do Ministério do Trabalho no Maranhão decidiram por unanimidade fazer paralisação de 24 horas nessa terça-feira, 29, podendo ser estendida até a quarta-feira, 30, para pressionar o governo federal a conceder reposição emergencial de 19,99% para a categoria.

A reunião ocorreu de forma híbrida (presencial e à distância) para que fosse alcançado também os servidores que estão trabalhando de forma remota e ainda os trabalhadores do interior do estado.

“Nós já estamos tentando negociar com o governo desde janeiro através da Condef e do Fonasef, entretanto esse processo negocial pouco avançou e o que nos resta é pressionar o governo através da nossa mobilização”, disse Marcelo

Sampaio Rodrigues, servidor do Ministério do Trabalho e delegado de Base do Sindsep/MA.

O presidente do Sindsep/MA, Raimundo Pereira chamou a atenção para a importância da unidade da categoria para garantir uma adesão maciça no movimento de paralisação e que somente assim mostrando força e união o governo irá ceder às reivindicações dos servidores.

“O Sindicato dará toda a assistência jurídica e suporte administrativo necessários para garantir a realização da paralisação”, disse Raimundo Pereira.

Durante a assembleia ficou acertado ainda que o Sindsep irá ofere-



cer um café da manhã aos servidores e usuários a partir das 8 horas dessa terça-feira, 29 de março.

“Precisamos mostrar a nossa indignação ao governo com força e determinação para garantir que nossas demandas sejam atendidas”, reafirmou Raimundo Pereira.





Negros e famílias chefiadas por mulheres são as maiores vítimas da pandemia

A população de negros e as famílias chefiadas por mulheres com renda de até três salários mínimos em São Paulo foram as mais afetadas com ações de despejo na pandemia, e também as que mais morreram pela covid-19.

Isso é o que mostra uma pesquisa do Instituto Pólis, que cruzou dados do Observatório de Remoções da USP com as taxas de mortalidade por covid na capital entre 2020 e 2021, e com informações do Censo Demográfico do IBGE de 2010.

As informações foram divulgada na coluna de Mônica Bergamo, na Folha de S.Paulo. A região central e as periferias da cidade aparecem nos dois mapas: é onde mais acontecem ações de despejo e onde os óbitos por covid são proporcionalmente maiores.

O Supremo Tribunal Federal (STF) proibiu desocupações durante a pandemia — medida que vale até a próxima

quinta (31). Ainda assim, o Observatório da USP mapeou 794 casos durante o período, que foram contabilizados no estudo.

“Mesmo em meio à pandemia, em que a moradia é uma estrutura básica para a adoção de medidas de prevenção sanitária, essas famílias seguem ameaçadas de despejo”, afirma o instituto, que defende a prorrogação da decisão.

Nas áreas mais afetadas (centro e periferias), os negros representam 47,3% do total de mortos. A taxa está dez pontos percentuais acima da representatividade deste grupo na cidade: 37% da população de São Paulo é negra. O grupo também corresponde a mais da metade (51,8%) dos casos de despejos.

Já as famílias chefiadas por mulheres com renda de até três salários mínimos representam 27,8% dos óbitos por Covid —



quando correspondem a 23,4% da população da cidade. Além disso, foram vítimas de 27,9% dos casos de desocupações.

Para o instituto, o levantamento mostra “que há camadas de vulnerabilidade socioeconômica nos territórios mais sujeitos às remoções”. A entidade diz ainda que os despejos representam não só uma ameaça individual à saúde das pessoas, mas também podem potencializar novas cadeias de contágio pela cidade.